

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 210 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 01 DE AGOSTO DE 2012

No primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e doze, às 9h 15min, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Municipal de Assistência Social, na sede da SETRAC – Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, na Av. Ipiranga, 544 – Centro, local onde também estão o NACC – Núcleo de Apoio aos Conselhos e Comissões e o próprio CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, com a seguinte pauta: 1 – Leitura das atas; 2 – Avaliação e situação atual do CMAS; 3 – Demonstrativo de Execução Física e Financeira do FMAS 2011 e Fundo Petrópolis; 4 – Plano de Ação MDS 2012; 5 – Trabalho das Comissões; 6 – Documentos recebidos e expedidos; 7 – Assuntos Gerais e Informes. Compareceram 9 (nove) conselheiros: representantes da SETRAC, Secretaria de Saúde, Secretaria de Fazenda e Secretaria de Habitação, pelo poder público; representantes da Associação Oficina de Jesus, Ambulatório Escola da Faculdade de Medicina de Petrópolis, Grupo Assistencial SOS Vida, CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Mitra Diocesana, pela sociedade civil. Com a presença de 31 (trinta e uma) pessoas, Regina Bosio, presidente do CMAS, deu início à reunião, solicitando à primeira-secretária, Eliane Sans Moraes, que procedesse à leitura da ata 208 da reunião ordinária realizada no dia 4 de julho de 2012, e 209, referente à reunião extraordinária do dia 09 de julho de 2012. Ambas foram aprovadas, tendo apenas uma ressalva, feita pelo conselheiro suplente do Grupo Assistencial SOS Vida, sr. Valdomiro: correção em seu sobrenome para “dos Reis”, em vez de Ribeiro, como foi citado. Na oportunidade, o plenário foi informado sobre a permanência do sr. Valdomiro como representante suplente do Grupo Assistencial SOS Vida, a partir de informação por ofício de seu presidente, uma vez que não é candidato ao cargo de vereador. Em seguida, Regina Bosio, abordando o segundo item de pauta, manifestou-se a respeito de Carlos Jorge Guimarães, ali presente como novo secretário da SETRAC, a partir de 25 de julho, após a exoneração, a pedido, de Luiz Eduardo Moreira Peixoto. Disse ela que espera manter uma relação mais próxima com a intenção de realizar um melhor trabalho no CMAS. Eliane também se manifestou, dizendo ser o novo Secretário pessoa que possui bastante conhecimento e experiência na área da assistência social, o que contribuirá para um melhor desempenho do Conselho, considerando também o perfil de alguns dos atuais conselheiros. Carlos Jorge falou da difícil tarefa que tem e da possibilidade de serem solucionadas as questões relativas à gestão da política de assistência e que foram apontadas pelo Conselho. Eliane falou da atual situação do Conselho em relação aos seus componentes, lembrando a necessidade de substituição da representante da titular da Secretaria de Educação; da substituição do conselheiro José Alencar, da FAMPE; da representante suplente da Associação Oficina de Jesus; da regularização dos representantes da SETRAC, com a saída do titular, Luiz Eduardo Peixoto. Disse que é importante estar o CMAS organizado para apresentar a relação dos conselheiros no Demonstrativo de Execução Física e Financeira exigida pelo MDS. Quanto ao terceiro item da pauta, Regina se reportou ao conselheiro Otávio, para a coordenação da Comissão de Orçamento e Finanças. Eliane fala sobre o DVD da teleconferência, em função de preparação da comissão para análise do Demonstrativo. Novamente foi mencionada a

necessidade de assessoria ao CMAS para análise da prestação de contas; a possibilidade de até mesmo ser contratada com recursos do IGD.

Carlos Jorge disse que verificará a disponibilidade do recurso. Rosane Cross disse que fará contato com o CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social, para ver possibilidade de encaminhar assessor. Tendo sido mencionado o IGD, Regina comunicou que já foi providenciado o acerto do IGD-M (Índice de Gestão Descentralizada – Municipal) do ano de 2010, que apresentava inconsistência na informação, no que foi complementada por Carlos Jorge, que entrou em contato com a Secretaria de Estado, por *e-mail* e telefone, quando lhe informaram sobre falha do sistema. Carlos Jorge comprometeu-se a passar para o Conselho e Eliane, como primeira-secretária, providenciará os ofícios e documentos outros para apresentação numa próxima reunião. No quarto item da pauta, Eliane, com base nos relatórios constantes no Livro das Comissões, mencionou os assuntos tratados na Reunião Conjunta de 16 de julho de 2012, com destaque para o Decreto nº 923, que trata do auxílio-extraordinário de R\$4.000,00 (quatro mil reais) para as vítimas das chuvas de janeiro de 2011. Carlos Jorge explicou que 51 famílias receberam; 24 estão no aluguel social e não receberam, conforme Decreto. Explicou que a “área verde”, definida no Decreto, refere-se a local onde os moradores podem ficar; “área vermelha” é o local onde as casas estão “condenadas”; “área amarela” significa que devem merecer atenção, em estado de alerta. Disse que ainda há famílias que estão sendo cadastradas. Os recursos são das doações depositadas nas contas disponibilizadas pelos Bancos. O CDDH também está desenvolvendo um trabalho com as vítimas das chuvas e 900 pessoas serão beneficiadas, conforme informação de representantes daquela instituição. Gilda Jorge, Chefe do Núcleo de Apoio aos Conselhos e Comissões, comentou sobre a Frente Pró-Petrópolis, de sua participação nas reuniões da mesma e dos questionamentos que vêm sendo feitos pela OAB em relação à alocação dos recursos financeiros, falando da necessidade de clareza e transparência nas informações. O assunto gerou discussões a respeito do Decreto, de uma possível arbitrariedade e da insatisfação de alguns moradores das comunidades atingidas. Carlos Jorge disse que o valor a ser repassado a cada família seria de R\$8.000,00 (oito mil reais), tendo sido alterado para R\$4.000 (quatro mil reais) após diálogo com a comunidade. Gilda Jorge conclui dizendo da importância de tornar público tudo o que se refere ao repasse de recursos e ações relacionadas com o atendimento às vítimas das enchentes. Continuando a falar sobre o Trabalho das Comissões, houve destaque também para o PPCC – Programa Petrópolis Criança Cidadã, tendo sido sugerido por Carlos Jorge a apresentação do Programa para o Conselho. Disse que duas outras reuniões foram agendadas, mas não ocorreram por falta de *quorum*. Também informou ao plenário que consta no mesmo Livro o relatório da reunião da Diretoria Executiva do CMAS convocada pela presidente e realizada no dia 30 de julho, para a qual foi convidado o novo secretário da SETRAC, objetivando o planejamento das ações e continuidade naquelas que apresentam pendências. Alguns assuntos pendentes aguardam resposta do Ministério Público, conforme relatado pelas Comissões. Nessa reunião também foi levantada a situação da FUMPEC e o término do convênio no dia 31 de julho. Terminada a apresentação do trabalho das comissões, Regina pediu ao novo secretário, Carlos Jorge, que falasse sobre a

situação dos recursos humanos nos equipamentos da SETRAC, bem como sobre a chamada dos concursados aprovados. Disse Carlos Jorge que é um processo complicado, pois não houve a chamada dos concursados, mesmo tendo sido solicitada pela SETRAC. Informou que foram procuradas algumas entidades para fazer um convênio emergencial. A conselheira Márcia, da Secretaria de Saúde, questionou: “Por que a Secretaria de Saúde conseguiu chamar?” Teve início um debate sobre o assunto e a questão da política de assistência estar sempre com problemas, embora exista a NOB SUAS-RH, definindo o estabelecendo os critérios para a formação das equipes necessárias, sendo oferecido pelo MDS 60% dos recursos repassados aos municípios para o pagamento de pessoal concursado. Questionou-se também a questão de realização de convênios sem processo licitatório e a contratação sem seleção pública, processo seletivo através de edital. Foram, nesse momento, apresentadas as notas técnicas do MDS a respeito das equipes de CRAS e CREAS e as situações em que são consideradas como emergenciais, de acordo com a Constituição Federal. Foi também citada a preocupação em relação a ano eleitoral, os critérios e cuidados a serem tomados, evitando-se o fisiologismo. Carlos Jorge disse que considerava como emergencial pelo fato da possibilidade de serem fechadas as unidades de atendimento, ao que foi contestado por alguns conselheiros, uma vez que, desde 2009, quando foi celebrado o convênio com a FUMPEC, já se sabia que haveria um término, quando da realização do concurso. Houve prorrogação do convênio, Termo Aditivo até 31 de julho, aprovado em dezembro de 2011; o concurso foi realizado, foi homologado antes do término do convênio, tendo havido, pois, tempo e condições para a chamada dos concursados. Segundo a SETRAC, os concursados aprovados e as vagas disponibilizadas não são suficientes. Considerando tudo que foi apresentado, houve a sugestão de realização de consulta ao TCE – Tribunal de Contas do Estado sobre a possibilidade da contratação da forma que vem sendo informada: com a intermediação da Cruz Vermelha. Carlos Jorge disse que dará continuidade ao processo já iniciado, não discordando da decisão do Conselho de realizar a consulta. Informou que a Cruz Vermelha já estava sendo contratada. O plenário aprovou a sugestão da realização da consulta ao TCE e ao Ministério Público, com base nos documentos legais citados nas Notas Técnicas do MDS e na Constituição Federal. O ponto principal da consulta é sobre a legalidade de utilização de contrato neste momento. Finalizando os assuntos da pauta, Roberta, assistente social da CIEE – Centro de Integração Empresa Escola, apresentou-se ao Conselho; Gilda Jorge falou sobre a importância da participação das entidades na rede sociassistencial, a articulação entre as mesmas, principalmente aquelas que mantêm convênio. Carla Fernandez, do CDDH, informou que participou do encontro da COMAC sobre o Plano Municipal para a Primeira Infância, conforme convite feito ao CMAS. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Petrópolis 01 de agosto de 2012. Eliane Sans Moraes – primeira-secretária.